

América do Sul — uma estrela cadente



Por **JOSÉ LUÍS FIORI***

A América do Sul se apresenta hoje sem unidade e sem qualquer tipo de objetivo estratégico comum capaz de fortalecer seus pequenos países e orientar a inserção coletiva dentro da nova ordem mundial

1.

Dois acontecimentos que se sucederam no mês de agosto, num lapso de apenas dez dias, poderão se transformar em datas de referência da história futura da América do Sul. Um, mais divulgado e discutido; o outro, mais discreto e silencioso.

O primeiro foi a ratificação, no dia 22, pelo Tribunal Superior de Justiça da Venezuela, da vitória de Nicolás Maduro na eleição presidencial do dia 28 de julho de 2024, e sua confirmação, portanto, como presidente eleito da Venezuela. Uma decisão que foi contestada pelo principal candidato de oposição e pelos Estados Unidos, e mais dez países latino-americanos, mas foi reconhecida pela China, Rússia e alguns outros países do próprio continente.

Esta decisão encerra o processo jurídico interno de contestação do resultado das eleições e, portanto, já não há como alterá-lo ou revertê-los, a não ser através de um ato de força ou intervenção externa. Nicolás Maduro parece contar com um esquema de sustentação interna muito sólido, e uma intervenção externa não contaria com o apoio do Brasil e da Colômbia. Portanto, o mais provável é que Nicolás Maduro venha a ser o presidente da Venezuela, entre 2025 e 2031.

Como consequência, o que se deve esperar é que os Estados Unidos intensifiquem seu cerco econômico e aumentem o cerco, o boicote, e as sanções econômicas que vêm impondo à Venezuela desde o Golpe de Estado de 11 de abril de 2002, contra o presidente Hugo Chávez, que fracassou apesar de contar o apoio dos norte-americanos.

O segundo acontecimento a que nos referimos, foi a reunião da *South American Defense Conference*, ou SOUTHDEC 2024, na cidade de Santiago do Chile, entre os dias 27 e 29 de agosto, patrocinado pelo *U.S. Southern Command* e pelo alto Comando das Forças Armadas do Chile. O tema central da conferência foi “como desenvolver novas tecnologias voltadas para a defesa da Soberania Hemisférica”, e contou com a presença da comandante-em-chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, general Laura Richardson.

Ao dirigir-se aos participantes na abertura do evento, a general Laura Richardson referiu-se ao público como parte de um “time de democratas” que estão decididos a enfrentar e derrotar os “governos autoritários e comunistas que estão tentando aproveitar de tudo o que eles podem aqui do Hemisfério Ocidental, sem respeitar as leis nacionais ou internacionais”, numa referência mais ou menos explícita à iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda.

Em seguida, referiu-se aos “Estados malignos que se utilizam de tecnologias avançadas para perpetrar corrupção, desinformação, abusos contra os direitos humanos...”, numa alusão à Rússia e ao Irã. E concluiu sua fala denunciando as eleições presidenciais venezuelanas do dia 28 de julho de 2024, que chamou de “antidemocráticas”. Uma fala que não deixa lugar a dúvidas: os Estados Unidos consideram que a Venezuela de Nicolás Maduro faz parte da grande guerra — militar e econômica — que os americanos estão travando, neste momento, contra a Rússia, a China, o Irã e todos os seus aliados.

E ao mesmo tempo consideram que o envolvimento da América do Sul com o projeto chinês da *Belt and Road*, ou com o grupo do BRICS, afronta os interesses estratégicos norte-americanos. Muitos poderiam considerar o tom do discurso da general Laura Richardson como arrogante e impositivo, mas na verdade ele faz parte de uma longa tradição de relacionamento hierárquico entre as Forças Armadas norte-americanas e os militares sul-americanos, e ainda entre os agentes da política externa dos Estados Unidos e as elites políticas e diplomáticas da América do Sul.

2.

Relembremos rapidamente a história passada do Continente: depois da sua independência, e durante todo o século XIX, o continente sul-americano foi tratado pelas grandes potências do Atlântico Norte como uma mera extensão demográfica e cultural europeia. E ao longo do século XX, como um protetorado militar norte-americano, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial.

Além disso, os países sul-americanos serviram, muitas vezes, como laboratórios de experimentação e vitrines de propaganda de iniciativas econômicas promovidas pelos Estados Unidos. Como foi o caso do Chile, após o sangrento Golpe Militar de 1973, patrocinado pelos Estados Unidos e depois transformado em laboratório de experimentação pioneira das políticas neoliberais que foram difundidas por todo o mundo.

Deve-se recordar, de forma muito particular, o período da Guerra Fria, após a Revolução Cubana, em que os Estados Unidos abandonaram seu “*desideratum* democrático” do pós-Segunda Guerra Mundial e patrocinaram ou promoveram diretamente os golpes de Estado e as ditaduras militares que destruíram definitivamente a unidade e a identidade dos povos sul-americanos. Estes foram divididos de forma profunda e irreversível, com a subordinação de suas Forças Armadas à política internacional dos Estados Unidos, numa dependência hierárquica e ideológica que se mantém até nossos dias.

Foi com o objetivo de reverter e superar esse quadro de fragilidade e submissão, que setores tecnocráticos e políticos de vários países sul-americanos formularam, nos anos 1950 e 1960 do século passado, o projeto da integração sul-americana, espelhado no exemplo da Comunidade Europeia. Esse projeto, entretanto, nunca chegou a ser uma política de Estado dos países da região, indo e vindo na forma de uma utopia sazonal que se fortaleceu ou enfraqueceu dependendo das flutuações da economia mundial e das mudanças de governo no próprio continente.

Na primeira década do século XXI, os novos governos do continente, alinhados em torno à crítica do neoliberalismo e estimulados pelo crescimento das economias regionais, levaram à frente várias iniciativas integracionistas, como foi o caso do avanço do Mercosul, liderado por Brasil e Argentina, e da ALBA, liderada pela Venezuela, e ainda da UNASUL, do CDS (Conselho de Defesa Sul-Americano) e do CCS (Conselho de de Saúde Sul-Americano).

Com a crise de 2008, entretanto, este cenário mudou, estratégia que teve um sucesso transitório, mas que ao mesmo tempo devolveu o continente às suas raízes primário-exportadoras, cada país voltado para si mesmo e comandado por seus próprios interesses nacionais, de costas para qualquer tipo de regionalismo. Um processo de fragmentação e isolamento que foi radicalizado pela crise econômica provocada pela Covid-19, que fez com que o continente recuasse cerca de 10 anos do ponto de vista de seus indicadores econômicos e sociais, mas também de todos os seus ideais de solidariedade e integração.

3.

Todos os organismos regionais de integração criados na primeira década do século XXI se dissolveram ou foram esquecidos. Como consequência, na terceira década do século XXI, frente às guerras da Ucrânia e de Gaza, ao esfacelamento em curso do sistema internacional e ao deslocamento de seu eixo econômico do mundo na direção da Ásia, a América do Sul dividida perdeu relevância geopolítica e geoeconômica dentro do sistema internacional.

O mais provável é que esse declínio se acentue na próxima década, na medida em que as economias sul-americanas sigam sendo pequenas unidades “primário-exportadoras”, isoladas e irrelevantes do ponto de vista geopolítico. Com a exceção do Brasil e da Argentina, talvez, e da Venezuela, por possuir isoladamente a maior reserva de petróleo do mundo. Além disso, na última década, aumentou a desigualdade socioeconômica entre os países da região, e radicalizou-se a polarização política e ideológica dentro de cada um deles.

Como consequência, a América do Sul se apresenta hoje sem unidade e sem qualquer tipo de objetivo estratégico comum capaz de fortalecer seus pequenos países e orientar a inserção coletiva dentro da nova ordem mundial que está sendo gestada de forma cada vez mais violenta e imprevisível. Nesse contexto, não é improvável que os Estados Unidos voltem a meter os pés pelas mãos transformando o continente sulamericano — uma vez mais — em um palco secundário de suas guerras globais, utilizando-se agora da Venezuela para repetir o que fizeram durante a Guerra Fria, quando utilizaram a Revolução Cubana como motivo para acabar com as democracias sulamericanas.

***José Luís Fiori** é professor emérito da UFRJ. Autor, entre outros livros, de *O poder global e a nova geopolítica das nações* (Boitempo)[<https://amzn.to/3RgUPN3>]

Publicado originalmente no Boletim de Conjuntura n°. 7 do [Observatório Internacional do Século XXI](#) — NUBEA/UFRJ.